

## **Dos homens que habitam o território moçambicano: reinóis, patrícios, goeses e alguns brasileiros; ou dos brancos e outros não tão brancos assim<sup>1</sup>**

José Roberto Braga Portella

O cruzamento de povos e culturas no interior do território moçambicano veio a implicar em atitudes de apreciação, encontro de concepções e tentativas de conhecimento que tiveram no olhar um sentido privilegiado. Olhar que constitui o elo vivo entre cada um dos sujeitos desse cruzamento e o mundo, entre o “eu” e os “outros”, nas palavras de António Luís Ferronha,

O olhar não é um acto pacífico, quando ele se passa no centro de um incomensurável desequilíbrio de forças. Não se trata de olhares civilizacionais que se encontram, mas sim a impotência de uma pressuposta cultura superior em aceitar a diferença, quando o dedo, prolongamento desse mesmo olhar, indicava/apontava objectivos claramente definidos: o comércio, os metais, o Preste João, o Paraíso Terreal e mais tarde o caminho marítimo para a Índia, ou carregava no gatilho quando o outro se transformava num obstáculo à sua concretização – matar era forma mais simples de negar. (FERRONHA, António Luís. Quando o sagrado se manifesta – as brancas imagens in AAVV, 1991, p. 137)

Ou seja, há um código de referências a partir do qual

se valorizam ou desvalorizam os povos extra-europeus, consoante estes, na imagem que deles se constrói, se aproximam ou se afastam do padrão que o Ocidente cristão para si mesmo definiu e de que não abdica. (...) O alcance e os limites dessa imagem são traçados pelo código cultural que em cada momento histórico está disponível para os avaliar. (HORTA, José da Silva. A imagem do africano pelos portugueses antes dos contactos in AAVV, 1991, p. 43-4)

Ou ainda, o fato de não poder-se ignorar que as opiniões dos relatores sobre os homens, tanto europeus como não-europeus, estão ligadas à posição que cada um ocupa, principalmente, a de funcionários ou enviados da Coroa. Como escreve Philip D. Curtin, estas opiniões se devem a

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. José Roberto Braga Portella. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Pesquisador do Centro de Documentação e Pesquisa sobre História dos Domínios Portugueses – CEDOPE.

superiority feelings of the conquerors over the conquered, the administrators over those whom they administered. Its roots. However, lie much further back in the history of western ideas. An image began to emerge out of the haze of the unknown with the first voyages down the West African coast in the fifteenth century. It was strengthened by more frequent contact during the sixteenth century, strengthened still more by intensive commercial contact through the slave trade in the centuries from seventeenth to the middle of the nineteenth. (CURTIN, 1965. p. 4)

As navegações propiciaram o confronto entre as velhas imagens criadas acerca dos africanos e de seus territórios, e as imagens construídas com a mediação do real, obtidas através das experiências e observações, onde as estruturas mentais jogaram um papel importante.

Assim, uma imagem do real se constrói, num percurso semelhante à aventura de realizar uma viagem, onde as mudanças operadas resultam de uma complexa interação entre o sujeito observador e o objeto observado. Para Ferronha

A viagem é uma aventura, mas não unicamente com o percurso exterior, transfigurada no espaço exótico, libertadora, porque evasão, procura também do paraíso perdido. Simboliza ainda a transformação do eu, o percurso interior que altera a concepção de realidade, quer a contactada quer a da partida. (FERRONHA, António Luís O encontro inesperado: as primeiras imagens do Brasil in AAVV, 1991 p. 230)

A preocupação com a adequação terminológica que era inexistente em alguns textos da fase inicial dos contatos com os povos não-europeus e que se insere, no século XVIII, na tendência geral inclinada a respeitar algum tipo de rigor conceitual, revela algo também do lugar ocupado pelo sujeito ou relator. As fronteiras culturais e a diferença de identidades parecem ter encontrado terreno profícuo quanto aos usos de certa terminologia.

Como exemplo, o termo *África* referia-se, em tempos anteriores, apenas à região em torno de Cartago. *Etiópia*, palavra de origem grega, significa *rosto queimado*. Na Antiguidade Clássica e durante a Idade Média o termo *aethiops* parece ter sido exclusivamente atribuído aos africanos negros.

De modo semelhante, a palavra *Sudão* teria o significado de *os negros* em árabe. Até *Guiné* – o termo geográfico adotado em primeiro lugar pelos portugueses e utilizado genericamente do século XVI ao XIX para designar o litoral e as florestas da África Ocidental – é derivada da palavra berbere *aguinaw*, ou *gnawa* que pode se traduzir como negro. (DIAS, 1992. p. 17)

Para Jill Rosemary Dias,

Em termos económicos, bem como imaginativos, o tráfico de escravos transformou África numa mera dependência e apêndice do Novo Mundo. (...) O “preto” tornou-se, mais do que nunca, sinónimo de “escravo” e os africanos eram avaliados consoante as suas qualidades de escravo – bons ou maus. (DIAS, 1992, p. 54)

Baseados na visão positiva que os europeus tinham da sua própria cultura, os termos utilizados refletem um modo de pensar eurocêntrico que se transformaria, em alguns casos, num obstáculo à compreensão de culturas não-européias.

Depois dos africanos e outros povos não-europeus terem sido filtrados pelo crivo dos valores europeus, pouco restaria: tudo o que permanecesse incompreensível pertenceria à vida do selvagem ou do bárbaro. (TIAINEN-ANTTILA, 1984, p. 40)

O conceito de bárbaro é originário da Grécia clássica, onde era utilizado para distinguir os “civilizados” helênicos do restante do mundo, das pessoas exteriores a *Hellas*. Nessa altura, o termo ainda não possuía o sentido eminentemente pejorativo que veio a adquirir em período posterior. (TIAINEN-ANTTILA, 1984, p. 37)

Os termos “selvagem” e “bárbaro” foram muito utilizados para descrever os negros africanos no início do Iluminismo. Termos comuns aos enciclopedistas, aos relatos de viagens, ao vocabulário dos “cultos”, porém sem um sentido mais acurado, eram aplicados aos africanos, asiáticos e americanos, para distingui-los dos “civilizados” europeus.

Uma interessante distinção entre selvagem e bárbaro é feita por Michel Foucault.

O bárbaro se opõe ao selvagem, mas de que maneira? Primeiro, nisto: no fundo, o selvagem é sempre selvagem na selvageria, com outros selvagens; assim que está numa relação de tipo social, o selvagem deixa de ser selvagem. Em compensação, o bárbaro é alguém que só se compreende e que só se caracteriza, que só pode ser definido em comparação a uma civilização, fora da qual se encontra. (FOUCAULT, 1999, p. 233)

O termo *cafre* ilustra outra atitude de adaptação do sentido etimológico ao ponto de vista e aos interesses dos portugueses: há, na sua origem, uma idéia de fidelidade ao islamismo que é alterada pelos portugueses e transmitida a outras nações europeias.

Proveniente do termo árabe *kāfr*, que significa não muçulmano, infiel, incrédulo, teria sido aplicado pelos árabes para se referirem aos pagãos da África Oriental. Alguns escritos portugueses do século XVI usaram-no, sobretudo no sentido de bárbaros, habitantes do interior, indivíduos atrasados. O cafre passa a designar o não-cristão, mas próximo do sentido de gentio.

O *gentio*, por sua vez, é uma categoria diferentemente usada para designar o africano passível de ser convertido, mesmo que a guerra se interponha no processo, ou seja, uma etapa necessária, ou para se referir aos baneanes.

Neste último caso, a categoria é esvaziada de uma possível carga positiva, representada pela possibilidade de conversão ao cristianismo. Pois, os baneanes são contra o serviço de Deus, são oponentes, e a defesa de sua expulsão do Reino é uma consequência da assunção da irredutibilidade religiosa, mas também é uma tentativa de resolução de uma rivalidade que se estende à política e à economia.

Articula-se, neste conjunto, uma simbologia implícita com a retórica da excelência da terra e a abundância de seus recursos. Contida e, de certo modo, retraída, essa retórica vive dessa recordação e projetada, mesclada com a ideologia da conquista, um horizonte convencional que reafirma a funcionalidade doutrinária e pedagógica deste tipo de escrita. (LOBO, 1996, p. 86-7)

Como lembra Ferronha,

Também não se pode esquecer que quem escrevia sabia que a expectativa dos próprios leitores (e censores!) requeria o cumprimento desta convenção, procurando reconhecer nas descrições de povos e terras longínquas o que havia de semelhante com a sua cultura, em vez de descobrir o diferente. E, para obter crédito junto dos seus contemporâneos, descreviam as maravilhas que todos queriam ler. (FERRONHA, Luís António. Quando o sagrado se manifesta in AAVV 1992, p. 135)

É possível distinguir nos diversos relatos trabalhados, a presença de duas abordagens a respeito dos reinóis na perspectiva do encontro com os “outros” e com a natureza africana abundante e fértil: uma que configura de forma exclusivamente positiva, a imagem dos portugueses; e uma outra, que sugere um retrato bem menos favorável, retratando esse “mesmo” como preso a um estranhamento, como “vítima” de uma perda da aura civilizacional em razão de uma inserção pervertida nos costumes e natureza africanos.

Inácio Caetano Xavier, por exemplo, afirma a superioridade civilizacional dos portugueses, construindo um cenário alternativo ao da decadência. Este cenário teria por base um plano de perpetuação da hegemonia portuguesa no território através da criação de uma Companhia de Comércio.

No entanto, Caetano Xavier, ao traçar um quadro exaustivo da vida e do comportamento dos portugueses em Moçambique, também afirma uma série de críticas. E, é nesses comentários que o secretário localiza como uma das causas da decadência das terras da Coroa, o comportamento desregrado dos portugueses, assim como, na sua contumaz insubordinação ao governo.

O tom de censura utilizado na caracterização dos “moradores” vai crescendo à medida que o discurso se constrói. Inicialmente, ele aproximou os reinóis aos naturais.

O estabelecimento dos moradores desta Ilha, das terras firmes, e de todas as Sogeitas à Coroa, fallando em geral, posso dizer, Sem faltar à verdade, q.' mais parecem feras do q.' homés, por Serem opositos à vida Civil, e Sogeijão politica, omittindo fallar na Religião; porque tendo nome de Christãos, parece q.' ainda estão por escolher Ley: Fallo agora por partes. (...) Hé o primeiro estudo destes homens o Contrato dos Mujávos dos q.' vivem em Mocambique, e dos de outras partes, algum Com.co de Ouro, marfim, e outros generos, em q.' mais fazem trabalhar os Seos Cafres, do que Cuidarem elles nestas dependencias por pura perguiça, q.' parece, q.' a herdão dos naturaes do Paiz; e pela mesma razão, cuidão muito pouco nas lavouras das terras, e culturas dos palmares, q.' aqui podião Ser mais, e muito mais rendozos q.' os da India pela bondade da terra.

Antes de dar-se seqüência a esse raciocínio - mesmo correndo o risco de soar descritivo em demasia -, é necessário lembrar que a penetração portuguesa no vale do Zambeze utilizou-se de empreendimentos particulares, deslocados do sistema colonial estatal, embora mantivessem ligações institucionais com a Coroa.

Foi, portanto, um modelo de ocupação marcado pela ambígua relação estabelecida, onde o Estado servia-se dos particulares, e estes sempre que a situação os favorecesse, utilizavam-se do Estado. Como exemplo desta ambigüidade pode-se utilizar um trecho de correspondência do morador de Quelimane, Salvador Luíz Dias, ao governador de Moçambique, na qual solicitava uma patente de oficial,

O suplicante sendo costumado fazer várias negociações pelo sertão daquelas terras nunca he tão respeitado em consequência de ser paisano e como deseja empregar no serviço de S. A. Real implora a V. Exa. Seja condecorado com a Patente de Alferes agregado ao Corpo de Melícias da vila de Tete para ser mais respeitado por aquele povo cafrial. (Requerimento de Salvador Luíz Dias. Moçambique, 24 de maio de 1803. AHU, cx. 99)

A escassez de reinóis contribuía para que muitas vezes se confundissem num mesmo indivíduo o negociante, o prazeiro, o oficial administrativo e/ou militar, e até mesmo o cientista/viajante. Estas multifunções ao envergarem a autoridade do Estado, facilitavam a realização dos seus interesses, projetos e/ou missões. São casos exemplares, os de Inácio Caetano Xavier, Manuel Galvão da Silva e Francisco José de Lacerda e Almeida.

A posição minoritária dos portugueses no vasto interior do continente levou-os a engendrar vários tipos de alianças para poderem subsistir. De acordo com seus interesses imediatos, alguns prazeiros, ora se aliam, ora se confrontam com os estados negros independentes.

O prazo significava, apesar de tudo, o domínio português. Os prazos asseguraram o funcionamento das atividades comerciais e as ligações com as praças costeiras, o que contribuiu para sua manutenção, consolidando-se a posição portuguesa em vastas regiões do interior. (LOBATO, 1957, p. 182-3)

O secretário de governo António Pinto de Miranda fez algumas observações a respeito da vida cotidiana dos colonos portugueses na Zambézia, por volta de 1766. Segundo ele o português,

Hé todo afidalgado desde o mais infimo até o mais superior. (...) cação com alguãs senhoras naturais e outras que de Goa descendem: e como todas são possuidoras de terras e famulos, jamais cuidão em a cultivação dellas, ou na boa disciplina daquelles.

Pinto de Miranda avança em seus comentários, afirmando que os portugueses também se afastavam dos ensinamentos dos evangelhos e não os transmitem aos filhos. Afirmavam ser descendentes de progenitores ilustres, mas tinham comportamentos pouco ou nada dignificantes. Eram dados à prática do concubinato com as escravas, as quais possuíam em grande número, assim como, de jogos de azar, em que alguns chegaram a se arruinar. Deslocavam-se continuamente em manxilas carregadas por escravos, mesmo nos trajetos mais curtos, arrastando assim seus dias em larga ociosidade. Ociosidade que se refletia inclusive sobre suas condições físicas.

Quazi todos os nossos europeos se achão obstruidos do baço, atribuem esta obstrução as agoas do Zambezi, pelos despejos das cazas se botarem nele, lavar-se a roupa, lançarem corpos mortos, e outros animais immundos; eu porem atribuo ao pouco exercicio que fazem, ao tratamento ociozo ao corpo, asevero prosseder destas, e não das outras couzas, as obstruções.

Para Pinto de Miranda, as damas que habitavam a Zambézia também não primavam pelas suas características mais virtuosas. Quer fossem europeias, canarins ou mestiças, tinham como característica comum a altivez. Possuíam dezenas de escravos com quem se divertiam dançando luxuriosamente. Ao frequentar os cultos religiosos, arrastavam uma turba de escravas para a igreja, em atos de ostentação.

Os prazeiros assentavam sua vida cotidiana na ociosidade, na luxúria e na gula. Segundo Malyn Newitt, existem relatos dos costumes dos senhores de prazos mais abastados, que fazem referência nos seus hábitos alimentares à boa mesa, com variedade de carnes e bom vinho importado, e até mesmo que uma poderosa prazeira utilizava para servir suas refeições utensílios de prata, vinhos variados e víveres diversos. Na sua rotina diária, todos pouco faziam para além de comer, fumar e dormir. (Newitt, 1973, p. 137-8)

Nem mesmo os períodos difíceis alteravam a atitude desses moradores, como Lacerda e Almeida ao se referir aos de Tete.

Estes mesmos moradores ricos ceavam às escuras por falta de velas e azeite. Esta escuridão ajudava muito a abaterem-se os ânimos, a viverem todos tristes e desconsolados, esperando a cada instante verem-se sem um cafre para os servir, como aconteceu a alguns indivíduos.

Costumeiramente os portugueses coabitavam com mulheres negras ou mestiças. A falta de mulheres europeias nas terras do interior levava a que de geração em geração, a sociedade dos prazos se tornasse cada vez mais próxima do sangue africano, assim como da sua respectiva cultura.

Mas, os homens portugueses também não formavam um grupo dos mais numerosos. E assim, as portuguesas, em boa parte mestiças, acabavam por desrespeitar os ditames da Coroa, violando a legislação editada em 1755, que buscava repor a obrigação das senhoras em contrair matrimônio só com portugueses.

De fato, a escassez de europeus disponíveis, levava as portuguesas à união com homens de menor *status* social. Assim, os ricos comerciantes goeses, que haviam se instalado na Zambézia depois da abolição das restrições comerciais, verificadas a partir de meados do século XVIII, acabaram por vir a conseguir “bons casamentos”. (ISAACMAN, 1972, p. 59-60)

O secretário de governo Jerónimo José Nogueira de Andrade, em sua notícia dá a seguinte explicação, a esse respeito,

Nos tempos anteriores em que havia mais Portuguezes reinos, desprezava-se a mais ordinaria, e escura Mulher d'estas Famillias, de se misturar ou cazar com algum dos Naturaes de Goa chamados Canarins. Elles mesmos se não atrevião a buscar aquelles mesmos Cazamentos, e se prezavão muito ellas cazarem-se com os brancos, tanto pelo desprezo com que olhavão para os Canarins, como para se aproveitarem dos prazos da Coroa, que na conformidade das Ordens de Sua Magestade se devem conferir às mulheres daquelles Rios, que cazarem com Portuguezes Reinos; agora porem que o numero dos Canarins he maior e por assim dizer he o partido dominante dos Rios de Senna, já se perdeo aquelle capricho, e os dittos Canarins sendo aliás molles, pusilanimos e semi-caffres em Costumes, são bastantemente astuçiozos e soberbos para fazerem seus conclaves, e buscarem os meios de se appossarem d'estes melhores cazamentos, e para excluirem os Portuguezes de quem são inimigos Jurados.

Por outro lado, a poligamia e o concubinato acabaram por se enraizar entre os senhores dos prazos, gerando os “patrícios”, mestiços de negras com europeus ou canarins, indivíduos culturalmente híbridos com forte dominância do elemento africano. Estes eram polígamos assumidos, adotando este aspecto do sistema social africano. (ISAACMAN, 1972, p. 61-63)

Para Lacerda e Almeida,

A poligamia é tão usada, que dela já não se faz caso. É verdade que nas vilas se não observa, mas nas terras da coroa não há *patrício* (assim chamam os filhos destes Rios que teem mistura de negro, branco ou canarim) que não tenha três ou mais mulheres, à imitação dos mossenzes.

Do ponto de vista português, a miscigenação serviu a um propósito muito importante, apesar dos comentários depreciativos. Os portugueses utilizaram com êxito as suas mulheres negras para estabelecer contatos comerciais com o interior.

Na sua maioria, os portugueses da Ilha de Moçambique estavam ligados ao comércio, desde os oficiais do governo, aos militares e clérigos. Agiam como intermediários dos importadores banéanos, trocando as mercadorias da Índia, por marfim, escravos e alimentos no Mossuril, durante a época da feira dos macuas e mujaus.

Assim, mesmo os soldados e oficiais do governo acabavam por se envolver em negócios, nem sempre lícitos, uma vez que os magros salários e a remuneração em



panos - que funcionava como moeda -, os obrigava às atividades de permuta. Para tal, geralmente solicitavam o auxílio de algum comerciante, quando não se assumiam como tal.

Na Zambézia era quase nula a chance de algum forasteiro sobreviver, se não estivesse vinculado a alguma família prazeira bem poderosa. Na falta desta condição, qualquer minerador, agricultor ou comerciante teria que contar com algum esquema de proteção, uma vez que seria impossível obter crédito, adquirir e manter escravos ao seu serviço ou simplesmente empreender expedições comerciais, pois os riscos de assaltos eram bastante grandes. Assim, a via mais fácil de ligação, concretizava-se através do casamento com uma herdeira bem estabelecida, usufruindo o novo morador do seu dote de prazos e escravos. (NEWITT, 1973, p. 145)

Uma parte considerável dos portugueses que foram parar em Moçambique ou eram náufragos ou condenados ao degredo na colônia. Uma vez que chegavam à Ilha de Moçambique, eram enviados para os diversos estabelecimentos carenciados de praças. Os outros europeus ocupavam geralmente postos nas forças coloniais, como oficiais ou subalternos.

Os degredados destinavam-se a engrossar as fileiras das guarnições militares. Para muitos deles, a deportação acabava por ser uma condenação à morte. Em Moçambique recebiam um soldo de dois mil e duzentos réis, um alqueire de arroz e um de farinha, o que mal dava para garantir a subsistência. A insuficiência alimentar e os malefícios do clima desenvolviam uma fragilização progressiva que produzia um grande número de mortes.

Lacerda e Almeida comenta em relação ao clima moçambicano como sendo pouco salubre para os europeus em razão de haver

neste país as duas poderosas causas da corrupção a saber, o calor e a umidade, não é para admirar a pouca salubridade do clima. As águas também não podem deixar de ter nisto uma boa parte, pois aquelas que servem para os usos ordinários são tiradas das covas feitas na terra com pouca profundidade; (...) Nos ditos poços ou covas aparecem muitos insetos, e são como viveiros de sapos.

Essas situações, acrescentadas das péssimas condições de aquartelamento, os trabalhos sob o impiedoso sol tropical, o deficiente apetrechamento das boticas, os víveres podres, o abuso das bebidas alcoólicas – principalmente a cachaça originária do

Brasil -, dentre outros desregramentos, torna fácil concluir quão frágil era a vida desses homens, em terras da África oriental. Segundo Nogueira de Andrade,

(...) elles são maus para si, para o estado, e para a Fazenda Real, e são de pouca duração pois já levão a sua constituição estragada, e empestadas das cadeas d'este Reino, e depois tem contra si o clima a conducta, os castigos, e o mau passadio, por isso logo adoescem, (...) aly morrem em breves dias, e perde Sua magestade o Soldado, a despesa do transporte, augmentada pela outra despesa que lhe fez n'este Hospital onde acabou.

Por outro lado, a qualidade dos elementos das forças armadas, mesmo ao nível das chefias, deixava muito a desejar. Com frequência os oficiais do exército, de quem se esperava conduta exemplar, tinham comportamentos lastimáveis. O comandante de Inhambane teve que nomear um furriel para comandante das tropas aí estacionadas, em 1788, em virtude do “capitão dela andar sempre perdido de bêbado”. Pede providências a Moçambique no sentido de lhe serem enviados oficiais capazes, pois até o tenente seguia “os mesmos passos do capitão com contínuas bebedeiras”. (ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Inventário do fundo do século XVIII. p. 84)

Após fornecer os dados genéricos com respeito à localização geográfica de Moçambique, o secretário de governo Inácio Caetano Xavier refere-se de forma pouco lisonjeira à condição social dos colonos portugueses como visto acima, pelo pouco ou nenhum respeito tributado às autoridades constituídas, atribuindo inclusive a decadência das mesmas à arrogância dos colonos.

O conjunto das críticas elaboradas por Caetano Xavier é direcionado, tal como ele faz com os naturais, para traçar um quadro bastante exaustivo da vida e comportamento dos portugueses em Moçambique. Inclusive é bastante explícito, de acordo com seus julgamentos, em atribuir ao comportamento desregrado dos portugueses e à sua insubordinação frente à administração, como uma das causas da decadência encontrada nas terras da Coroa.

O estado em q.' Se achão todas estas terras he totalmente decadente por falta de huã radical Cultura de q.' neceSsitão em todo o Sentido, e igualmente a fazenda Real, e os diferentes meios q.' Se tem aplicado para o Seo augmento, a tem Conduzido à Sua maior ruina, como fallarei em Seo Lugar.

Caetano Xavier, para reforçar a imagem negativa que constrói dos colonos, faz em contraponto um elogio dos potenciais da terra, os quais não seriam devidamente aproveitados pelos portugueses, uma vez que estes prefeririam ocupar-se de formas mais imediatas e pouco trabalhosas de obtenção dos ganhos, tal como mencionado mais acima e reafirmado a seguir.

Hé o primeiro estudo destes homens o Contrato dos Mujávós dos q.' vivem em Mocambique, e dos de outras partes, algum Com.co de Ouro, marfim, e outros generos, em q.' mais fazem trabalhar os Seos Cafres, do que cuidarem elles nestas dependencias por pura perguiça, q.' parece, q.' a herdão dos naturaes do Paiz; e pela mesma razão, cuidão muito pouco nas lavouras das terras, e culturas dos palmares, q.' aqui podião Ser mais, e muito mais rendozos q.' os da India pela bondade da terra.

Para Caetano Xavier, os colonos, imbuídos de um espírito de resistência ao poder do Estado, procuravam solapar toda e qualquer iniciativa de administração com base racional e profissional. Até poder-se-ia pensar que preferissem viver num estágio próximo do estado de natureza hobbesiano, ou talvez melhor dizendo, de uma “sociedade contra o Estado” *a la* La Boétie.

A Segunda aplicação destes moradores he o procurar todos os meios de ver Como hão-de embarçar ao Governo e dominalo Sobremaneira; e Se este em razão do Seo peSsoal respeito, e por maximas, q.' estuda para os ter Subjugados, e Sujeitos à razão, escapa de Ser Compreendido nos efeitos deste seo primeiro intento, não escapa da aleivozia, com que, mancómunados o encravem na Sua rezidencia; Sendo Certo que desta 2.a avenida nenhum escapa; porq.' dão hum juramento falso Com a mesma facilidade, com que Costumão ordir a cada paSso huã tramoya para desordenar as acções de quem governa; Sendo indubitavel q.' Se Succede haver em huã destas povoações 20. moradores, Cada hum delles tem 19. moradores inimigos; porem todos o São do Governador.

E, especificamente aos habitantes da Ilha de Moçambique, refere-se de maneira ainda mais contundente, ao adicionar a descrição de atitudes de desrespeito religioso, acusando-os de tudo fazerem para embarçar o governo, denunciando a prática de atrocidades, a vida dissoluta e sem subordinação, a insolência e os desacatos:

Chega ainda mais ávante a inSolencia destes moradores, Sendo q.' os de Moçambique São mais pacatos, na extensão, Sendo na intenção peiores; porq.' depois de atropellados os respetos humano,z, tambem Se tem atrevido muitas Vezes a perderem o decoro às Cazas de Deos Com Sacrilegos inSultos de mortes,, feridas, bulhas, etc., Chegando o extremo da Sua barbara Cegueira a cometer os mesmos desacatos diante

do Sacramento exposto, Como Succedeo há poucos annos na Igreja dos Dominicicos em Senna, q.' hoje está reduzida a cinzas.

Um lugar à parte é reservado por Caetano Xavier ao comportamento dos missionários, que merece um destaque.

Estas perniciosas desordens, q.' devião, e puderão emendar, ou obviar os Missionarios, q.' São mandados a dillatar o Evangelho nestas partes, applicão todo o Seo cuidado em materias totalmente opostas à virtude, fomentando vinganças, odios, discordias, ambição, Sensualidade, e outros distúrbios. Estes São tolerados do Prelado DioceSano, por Ser do mesmo habito, ou por outra analogia, q.' não percebo; e Se o Governo Se queixa aos Prelados, estes de ordinario não pugnão por aquelles factos, e Se algum o faz, Cahe a escolha em outros Sugeitos tão bons, como os primeiros, e tudo disfarça o intereSse, q.' fazem os mesmos Prelados à Custa dos referidos Sugeitos, e huã, e outra Coiza Cobre a Capa da religião. Os sugeitos dados a P.s P.s. da Companhia, que não tem aqui MiSsão; dão admiSsão não Só às relatadas maldades, mas ainda a peiores relaxações, rematando Com tudo, e por tudo a ferro, e fogo Com grande poder de Cafraria, q.' as Suas Cazas tem, e riqueza, de q.' abundão, porq.' o negocio publico he o Seo emprego.

O receio de represálias parece ter impedido a construção de um retrato mais pormenorizado. A crítica esboçada ganha, ainda assim, contornos mais precisos com essa ausência. A alusão a uma experiência anterior desagradável a Caetano Xavier denuncia alguns dos meandros das atividades concertadas entre as autoridades administrativas e eclesiásticas.

(...) e porq.' no tempo da eméda, e remedio, q.' pús a este descaminho era o de hum Feitor, e seos parceaes amigos do tal P.e, me fez taes Couzas q.' ainda tremo dellas, e temo q.' me venha igual trovoada, Se Souber algum delles q.' fallo estas verdades a Seo respeito, ficando por este motivo no Seo L.o verde em Cumprimento das clauzulas da Sua Mónita Secreta, pela qual terey todos Contra mim e hé, o mesmo, q.' padecer inferno nesta Vida. Declaro q.' não hé minha intenção fallar nos Religiozos, q.' destes tenho visto alguns por estas partes, ainda q.' por milagre.

Logo após chegar à vila de Sena, quarenta anos depois do relato de Caetano Xavier, e ter sido “ensopado com um asperges, incensado, dado a beijar um Crucifixo”, Lacerda e Almeida não demora muito para praticar sua etnografia crítica em relação aos seus habitantes e seus maus hábitos.

Assim o permita este Senhor todo poderoso, pois na verdade esta é uma vila de levantados, desobedientes, e malcriados e de inimigos recíprocos do Estado e de Deus, de superciosos no último grau de perfeição, de invejosos, de ladrões, enfim um distrito onde se acham todos os vícios e nenhuma virtude.

Para Lacerda e Almeida o principal vício era a desobediência às ordens régias de que “nenhuma pessoa seja possuidora de mais de um prazo da coroa”. E isto era causado pela sensação de impunidade vigente gerada pela

cega ambição e paixões particulares de quem tem governado estas capitânias, procurando amontoar tesouros, atropelando as leis, deixando que os ricos fizessem tantas absolutas que lhes parecesse e que oprimissem os pobres,...confiados em dizer que “Portugal está muito longe”.

Impunidade que nem sequer as visitas inquisitoriais pareciam dar cabo, pois Lacerda e Almeida narra o caso de José Gomes Monteiro, sargento mor de milícias, que foi degredado para Manica

Por andar concubinado com outra mulher casada, das principais da terra, com geral escândalo e injúria feita a seu marido, que lhe não merece tão vil procedimento, pois a trata muito bem e é um pacífico morador desta vila, e o mais rico dela, segundo dizem, porque tem dinheiro e não deve.(...)Eles foram pronunciados na visita, e por ser o marido tal qual acabo de dizer e a mulher uma das principais da terra, a coisa ficou sopita.

Como Governador, Lacerda e Almeida manda prender José Gomes, após informar-se do caso, e exilá-lo em Zumbo. O sargento mor faz vários requerimentos no sentido de ser solto “debaixo de frívolos pretextos”, e ao não ser atendido

Recorreu às poderosas armas que raras vezes deixam de alcançar vitória e mandou-me oferecer 5.000 cruzados em bom ouro. Oh! Meu Deus! Só eu posso avaliar a alegria e o prazer em que nada meu coração, não só por me não ter deixado corromper, como porque no íntimo dele desprezei e desprezo com horror semelhante proposta.

O pessimismo demonstrado em relação aos africanos se estende aos portugueses, e Lacerda e Almeida busca distanciar-se também destes.

Sendo certo que Deus abençoa toda a boa obra, e que medra tudo quanto se faz com os olhos no Senhor, como pode prosperar esta colônia sendo o centro das injustiças, crueldades, barbaridades e impiedades? Atrevo-me a asseverar que os portugueses nesta colônia são mais bárbaros do que os cafres, porque estes obedecem às ordens do seu soberano com uma pontualidade capaz de servir de exemplo, e não se pode chamar bárbara uma nação que por falta de conhecimentos comete alguns erros, que são bárbaros entre as nações civilizadas, mas não entre eles, porque o fazem segundo os seus usos, costumes, leis e inteligência. Devo finalmente dizer que nestas terras, não há nem católicos *stricte sumptum*, nem fanáticos, porque os templos sempre estão despovoados.

## Fontes

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Diários de viagem. (1798) Rio de Janeiro: Instituto do Livro, 1944.

ANDRADE, Jerônimo José de Nogueira. Descrição do estado em que ficavão os negócios da Capitania de Moçambique nos fins de novembro de 1789 com algumas observações, e reflexões sobre a causa da decadência do commercio dos estabelecimentos portuguezes da costa oriental da Affrica (1790)

MIRANDA, António Pinto de. Memória sobre a costa da África. (1766)

XAVIER, Inácio Caetano. Noticias dos dominios portuguezes na costa da África. (1759).

## Bibliografia

AAVV. O confronto do olhar. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

CURTIN, Philip D. The image of Africa: british ideas and action, 1780-1850. London: MacMillan, 1965.

DIAS, Jill Rosemary. Nas vésperas do mundo moderno: África. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portuguezes, 1992.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ISAACMAN, Allen F. Mozambique – the africanization of na European institution 1750-1902. Madison: University of Wisconsin Press, 1972.

LOBATO, Alexandre. Evolução administrativa e econômica de Moçambique 1752-1763. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957.

LOBO, Almiro Jorge Lourenço. A escrita do real na “exacta descrição” de Caetano Xavier, na “verdadeira relação” de Francisco de Sá e na “representação” dos baneanes. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1996. (Dissertação de Mestrado em Literaturas Brasileira e Africanas de Língua Portuguesa)

NEWITT, Malyn. Portuguese settlement on the Zambezi. London: Longman, 1973.

TIAINEN-ANTILLA, Kaija. The problem of humanity: the blacks in European Enlightenment. Helsinki: Suomen Historiallinen Seura, 1984.